



GT 024. Antropologia, gênero e sexualidade em contextos educativos

Elisete Schwade (UFRN) - Coordenador/a, Fátima Weiss de Jesus (UFAM/DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA/PPGAS) - Coordenador/a

Esse GT tem como objetivo discutir gênero e sexualidade em práticas educativas, a partir de intervenções e pesquisas antropológicas realizadas nos últimos anos, no marco das políticas que fazem referência a diversidade, de acordo com as possibilidades previstas na constituição de 1988 que, em 2018, completa 30 anos. Buscamos um balanço das diferentes situações em que as reflexões sobre gênero e sexualidade são acionadas em contextos educativos, também em perspectivas que incorporem outros marcadores sociais da diferença, tais como raça, classe, gênero. Desse modo será possível perceber avanços e retrocessos, permanências e transformações, tendo em vista conflitos e dinâmicas próprias associadas às políticas de educação e suas repercussões em contextos particulares. Serão aceitos trabalhos realizados com o enfoque metodológico e analítico da antropologia, com ênfase na etnografia, realizados em escolas, na formação de professores, cursos de aperfeiçoamento e especialização, cursos vinculados a movimentos sociais e organizações coletivas, entre outros.

Coletivos feministas em instituições educacionais.

Autoria: Julyana Vilar de França Manguinho, Elisete Schwade.

As ideias e questionamentos sobre as diferenças de gênero estão sendo experienciadas e reivindicadas em amplas esferas sociais, seja nas redes virtuais, nas manifestações de rua ou em espaços educacionais, como escolas e universidades. É nesse contexto que se insere minha pesquisa etnográfica, onde busco por meio da minha inserção em contextos educacionais acessar as práticas feministas que estão sendo desenvolvidas nesses cenários, enfatizando as trajetórias, experiências femininas e construção dos discursos e narrativas. O objetivo é perceber quais as concepções de gênero que estão sendo representadas, que são movimentadas por reflexões feministas, buscando abordar as estratégias de negociações que estão sendo construídas dentro do campo relacional e complexo, encontrando as possíveis tensões e contradições dentro desse universo. Assim o enfoque é dado na construção das agencialidades em campo, nos processos, dinâmicas e nas diversas dimensões conectadas com as pautas feministas contemporâneas. Com isso, pretendo dar voz às interlocutoras para que sejam evidenciadas questões sobre seus projetos, inquietações e "bandeiras", dentro de uma perspectiva que interseccione noções sobre corpo, classe, raça e sexualidades, articulando com outros domínios, como os movimentos sociais feministas e o ativismo digital. A trajetória da pesquisa foi sendo estruturada nas redes educacionais, transitando por escolas, institutos federais e universidades na cidade de Natal/RN, destacando a inserção junto aos coletivos feministas que estão sendo estruturados em diversos ambientes educacionais, que buscam, dentre várias atuações, questionar valores e normas institucionais que evidenciam diferenças no tratamento entre alunas e alunos. Os debates sobre assédio sexual e cultura do estupro são importantes mobilizadores das discussões, operando como disparadores para novas formas de organizações. As análises e reflexões desencadeadas em campo sinalizam que é possível construir práticas de resistência às desigualdades de gênero nos espaços educacionais, apontando também que convenções sociais e discursos hegemônicos são reproduzidos e normatizados nos diversos contextos pesquisados.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

